



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2015.

1) A COMPANHIA

A PPTE é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	490
Extensão em kV:	230
Subestações:	2

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita:

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 87.889.867 para o período de julho de 2015 a junho de 2016 e de R\$ 76.759.226, para o período julho de 2014 a junho de 2015.

3.2) Desempenho econômico-financeiro:

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2015 e 2014 são:

	2015	2014
• Liquidez geral	2,86	2,63
• Liquidez corrente	1,84	1,60
• Relação patrimônio líquido/ativo	65,03%	61,95%
• Relação passivo não circulante/Ativo	20,14%	22,22%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	12,51%	10,02%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	23,06%	19,17%

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem-Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro.

O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.743.270	22.818.781	Fornecedores - terceiros		982.498	1.764.987
Concessionárias e permissionárias	7	9.806.975	10.483.978	Fornecedores - partes relacionadas	22	4.441	4.277
Estoques		7.958.751	5.706.297	Financiamento - terceiros	10	19.501.952	17.589.345
Adiantamento a fornecedores		1.280.167	2.066.202	Impostos e contribuições sociais	11	21.745.076	23.830.020
Impostos a recuperar	8	4.822.642	2.422.677	Taxas regulamentares	12	3.342.868	2.705.473
Ativo financeiro amortizável e indenizável	9	86.236.491	76.064.504	Dividendos propostos	15	24.607.107	27.956.586
Outros ativos circulantes		1.598.217	558.625	Outros passivos circulantes		1.417.621	1.090.096
		131.446.513	120.121.064			71.601.563	74.940.784
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	8.042.047	6.316.684	Financiamento - terceiros	10	48.085.811	60.543.989
Ativo financeiro amortizável e indenizável	9	341.238.334	345.614.197	Outras contas a pagar com partes relacionadas	22	50.336	-
Outros ativos não circulantes		1.318.378	453.417	Provisão para contingências	13	309.840	160.239
Imobilizado		525.945	746.888	Impostos diferidos	14	48.728.873	44.438.951
Intangível		29.933	42.706			97.174.860	105.143.179
		351.154.637	353.173.892	Patrimônio líquido			
				Capital social		194.035.000	194.035.000
				Reservas de lucros		107.786.739	89.136.218
				Reserva legal		12.002.988	10.039.775
					15	313.824.727	293.210.993
Total do ativo		482.601.150	473.294.956	Total do passivo e do patrimônio líquido		482.601.150	473.294.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	16	84.326.708	63.504.265
Custo da operação	17	(10.122.355)	(7.701.939)
Lucro bruto		74.204.353	55.802.326
Despesas gerais e administrativas	18	(2.569.045)	407.385
Outras (despesas)/receitas operacionais		723.597	-
Lucro antes das receitas financeiras		72.358.905	56.209.711
Resultado financeiro	19	(11.967.644)	(7.395.213)
Receita financeira		6.658.497	4.624.590
Despesa financeira		(18.626.141)	(12.019.803)
Resultado antes dos impostos		60.391.261	48.814.498
Imposto de renda e contribuição social	20	(21.127.006)	(19.431.403)
Lucro líquido do exercício		39.264.255	29.383.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	39.264.255	29.383.095
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	39.264.255	29.383.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39



* continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Total
		Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	194.035.000	8.570.621	75.179.248	277.784.869	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	29.383.095	
Constituição da reserva legal	–	1.469.154	–	(1.469.154)	
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	13.956.970	(13.956.970)	
Dividendos propostos	–	–	–	(13.956.971)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	194.035.000	10.039.775	89.136.218	293.210.993	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	39.264.255	
Constituição da reserva legal	–	1.963.213	–	(1.963.213)	
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	18.650.521	(18.650.521)	
Dividendos propostos	–	–	–	(18.650.521)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	194.035.000	12.002.988	107.786.739	313.824.727	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PTE” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 17 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. **1.1. Da concessão:** Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006. No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera Imbirussu-230KV, com extensão aproximada de 490 km, com origem na subestação UHE Porto Primavera e término na nova subestação Porto Primavera. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$43.711.000 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original. Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP em R\$ 76.759.226 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015. Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$87.889.867 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015. Com base nessas alterações houve a reclassificação do saldo da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), que em 2014 foi apresentada no grupo de custo da operação (nota explicativa 17) e em 2015 foi classificada como dedução da receita operacional (nota explicativa 16). O montante reclassificado em 2014 foi de R\$ 424.131. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2016. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo financeiro amortizável e indenizável:** De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo. Os ativos

financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **Receita de operação e manutenção:** A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão. **Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. **Remuneração dos ativos financeiros:** Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP. **3.14. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **Ativos financeiros não derivativos:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e ativo financeiro amortizável e indenizável. O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	2015	2014
Atividades operacionais:		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos impostos	60.391.261	48.814.498
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Juros e variações cambial sobre financiamentos	14.416.340	9.282.414
Depreciação e amortização	48.877	2.531
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	245.643	997.611
Outras provisões - compensação ambiental	149.601	(3.764.264)
Juros e variações cambial sobre financiamentos (Aumento) redução nos ativos	–	(651.887)
Concessionárias e permissionárias	431.360	(2.626.518)
Ativo financeiro amortizável e indenizável	(5.796.125)	10.273.369
Estoques	(2.252.454)	(3.622.942)
Impostos a recuperar	(2.399.964)	(665.017)
Adiantamentos a fornecedores	465.056	(797.287)
Outros ativos	(1.106.789)	19.962.302
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(817.413)	448.788
Tributos e contribuições sociais	(3.845.115)	8.712.188
Taxas regulamentares	664.785	637.945
Outros passivos	436.904	(155.191)
Juros pagos	(6.653.780)	(7.179.457)
Impostos pagos	(15.128.258)	(18.507.193)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	39.249.928	61.161.889
Atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(282.593)	(462.424)
Títulos e valores mobiliários	(1.725.364)	–
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(2.007.957)	(462.424)
Atividades de financiamento:		
Financiamentos pagos	(18.317.483)	(16.846.936)
Dividendos pagos	(22.000.000)	(21.319.502)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(40.317.483)	(38.166.438)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(42.325.440)	621.066
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.818.781	285.754
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	19.743.270	22.818.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável é classificado como ativo financeiro a valor justo por meio de resultado. Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Passivos financeiros não derivativos:** Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos e passivos financeiros derivativos:** A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E INTERPRETAÇÕES

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Bancos	479.799	231.501
Aplicações financeiras	19.263.471	22.587.280
	19.743.270	22.818.781

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2015	2014
Conta reserva - financiamentos	8.042.047	6.316.684
	8.042.047	6.316.684

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 10). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última parcela do empréstimo paga, incluindo principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida e acrescido três vezes o valor do custo de operação e manutenção. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2015	2014
A vencer	8.410.805	9.962.213
Vencidas até 30 dias	108.142	316.110
Vencidas até 60 dias	63.282	46.261
Vencidas até 90 dias	73.131	63.335
Vencidas há mais de 90 dias	2.607.352	1.306.153
	11.262.712	11.694.072
	(1.455.737)	(1.210.094)
	9.806.975	10.483.978

(-) PCLD

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	(1.210.094)	(212.483)
Reversão	–	–
Adição	(245.643)	(997.611)
Saldo em 31 de dezembro	(1.455.737)	(1.210.094)

continua—*



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2015	2014
IRPJ	3.297.610	1.460.305
CSLL	1.504.884	935.435
PIS	2.451	2.451
COFINS	11.311	11.311
Outros	6.386	13.175
	4.822.642	2.422.677

9. ATIVO FINANCEIRO AMORTIZÁVEL E INDENIZÁVEL

	2015	2014
Circulante	86.236.491	76.064.504
Não circulante	341.238.334	345.614.197
	427.474.825	421.678.701

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme notas explicativas 1.1. e 1.2.) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro e o de indenização reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento. **Ativo financeiro - Amortizável:** As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. **Ativo financeiro - Indenizável:** Conforme termo final do contrato de concessão, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A administração da companhia considera que ao final da concessão caberá a Companhia uma indenização. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos do Tesouro Nacional. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

10. FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida:

Descrição	Início	Venci-mento	Garan-tidor	Encargos	2015	2014
				UMBNDDES		
BNDES - Subcrédito A	06/2007	06/2019	(i)	+ 3%	7.387.354	6.461.024
BNDES - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	(i)	TJLP + 3% a.a	16.692.296	21.375.597
BNPP - Subcrédito A	06/2007	06/2019	(i)	+ 4,3%	6.674.124	5.837.417
BNPP - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	(i)	TJLP + 4,3% a.a	15.079.933	19.310.939
Santander - Subcrédito A	06/2007	06/2019	(i)	+ 4,3%	6.674.124	5.837.418
Santander - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	(i)	TJLP + 4,3% a.a	15.079.932	19.310.939
					67.587.763	78.133.334
Circulante					19.501.952	17.589.345
Não circulante					48.085.811	60.543.989
					67.587.763	78.133.334

(i) Garantias: Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão. Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia. Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	Amortização
2016	19.501.952
2017	19.569.078
2018	19.698.697
2019	8.818.036
	67.587.763

c) **Covenants:** A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. O referido índice foi atingido pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2015	2014
IR	15.579.980	17.191.041
CSLL	4.927.836	5.544.369
PIS	123.618	116.395
COFINS	571.691	536.035
Outros	541.951	442.180
	21.745.076	23.830.020

12. TAXAS REGULAMENTARES

	2015	2014
Reserva global de reversão (RGR) (i)	303.271	144.101
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	192.769	307.481
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	2.846.828	2.253.891
	3.342.868	2.705.473

(i) **RGR:** Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantêm a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória. Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela ANEEL. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) **TFSEE:** Instituída pela Lei nº 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. (iii) **P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2015	2014
Trabalhista	309.840	160.239
	309.840	160.239

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2015	2014
Fiscal	4.412.456	5.137.084
	4.412.456	5.137.084

14. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	2015	2014
Impostos diferidos passivos (i)	48.728.873	44.438.951
	48.728.873	44.438.951

(i) Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$194.035.000, dividido em 194.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social é como se segue:

	2015	2014
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%	0,01%
	100%	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. c) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	39.264.255	29.383.095
Reserva legal (5%)	(1.963.213)	(1.469.154)
Base de cálculo para os dividendos	37.301.042	27.913.940
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	18.650.521	13.956.970

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015	2014
Receita operacional bruta	95.898.077	74.799.753
Receita de operação e manutenção	13.853.565	2.813.603
Remuneração dos ativos financeiros	82.044.512	71.504.265
Outras	-	481.885
Deduções da receita operacional	(11.571.369)	(11.295.488)
PIS	(1.486.682)	(1.405.472)
COFINS	(6.847.748)	(6.473.689)
RGR	(2.252.549)	(2.122.003)
P&D	(783.709)	(870.193)
TFSEE	(200.681)	(424.131)
	84.326.708	63.504.265

17. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2015	2014
Pessoal	(8.193.173)	(7.052.582)
Material (i)	(889.202)	5.356.423
Serviços de terceiros	(1.478.743)	(1.760.468)
Seguros	(110.397)	(113.757)
Tributos	(160.252)	(154.990)
Arrendamentos e aluguéis	(3.181)	(23.062)
Custo de operação e manutenção	1.362.898	(3.152.108)
Gastos diversos	(650.305)	(801.395)
	(10.122.355)	(7.701.939)

(i) A Administração registrou R\$ 5.817.259 de ganho de inventário físico no exercício de 2014

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Pessoal	(117.272)	(21.269)
Material	(29.867)	(65.733)
Serviços de terceiros	(592.718)	(182.314)
Arrendamentos e aluguéis	(52.968)	(55.198)
Doações	(470.838)	(216.906)
Provisão	(374.840)	2.600.042
Tributos (i)	(838.701)	(1.648.706)
Depreciação e amortização	(15.341)	(2.531)
Outras	(76.500)	-
	(2.569.045)	407.385

(i) A Administração aprovou a baixa de R\$ 321.379 de PIS e R\$ 1.324.596 de Cofins no exercício de 2014, visto que não havia provisão de utilização dos créditos apresentados.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014
Receita financeira	6.658.497	4.624.590
Receitas de aplicações financeiras	2.877.743	2.353.166
Variação monetária	3.746.426	2.192.626
Outras receitas financeiras	34.328	78.798
Despesa financeira	(18.626.141)	(12.019.803)
Variações monetárias passivas	(11.541.774)	(4.326.031)
Juros sobre financiamentos	(6.630.269)	(7.149.008)
Outras despesas financeiras	(454.098)	(544.764)
	(11.967.644)	(7.395.213)

20. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	60.391.261	48.814.498
Alíquota nominal	(20.533.029)	(16.596.929)
Adições e exclusões não dedutíveis	(989.570)	(2.822.094)
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	251.045	268.457
Adição de Contribuição Social a Base do IR	(1.540.092)	-
Outros	1.684.640	(280.837)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(21.127.006)	(19.431.403)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.743.270	22.818.781
Títulos e valores mobiliários	6	8.042.047	6.316.684
Ativo financeiro amortizável e indenizável	9	427.474.825	421.678.701
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Adiantamentos a fornecedores	-	1.280.167	2.066.202
Concessionárias e permissionárias	7	9.806.975	10.483.978

Passivos mensurados pelo custo amortizado

	Nota	2015	2014
Financiamentos	10	67.587.763	78.133.334
Fornecedores - terceiros		982.498	1.764.987
Fornecedores com partes relacionadas	21	4.441	4.277

21.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em financiamentos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. *Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:* A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos financiamentos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2015. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2015	-5%	5%
Financiamentos	67.587.763	(3.379.388)	3.379.388

d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	2015	2014
22.1. Passivo		
Passivo		
Fornecedor (i)	4.441	4.277
Outras contas a pagar com partes relacionadas	50.336	-

22.2. Resultado

	2015	2014
Resultado		
Despesa aluguel (i)	(52.968)	(29.367)

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se referem a despesas de aluguel junto a SGBH.

23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar e monitorar sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios finais em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e por responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	2015	2014
Responsabilidade civil	Risco civil	632.955	652.539
Seguro pat			